

**“CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL  
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
TRANSPORTE ESCOLAR  
CIRCUITOS ESPECIAIS”**

## PROGRAMA DE CONCURSO

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO E DA ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE

1.1 O presente concurso tem por objeto o transporte escolar em circuitos especiais no ano letivo de 2025/2026 dos alunos que residem e frequentam os estabelecimentos de ensino do concelho de Torres Novas.

1.2 A entidade pública contratante é a Câmara Municipal de Torres Novas, sita Largo das Forças Armadas, nº 1, 2350-754 TORRES NOVAS, telefone 249839430, Fax 249811780.

1.3 Os endereços electrónicos [www.cm-torresnovas.pt](http://www.cm-torresnovas.pt), [geral@cm-torresnovas.pt](mailto:geral@cm-torresnovas.pt) e [daf.procedimentos@cm-torresnovas.pt](mailto:daf.procedimentos@cm-torresnovas.pt), constituem respectivamente e para efeitos do presente concurso, o sítio institucional e os endereços de correio electrónico.

### 2. ORGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

2.1 A decisão de contratar foi tomada por Deliberação de Câmara do dia 02 de Julho de 2025, ao abrigo da alínea b) do nº 1 do art.º 20º do CCP aprovado pelo D.L 18/08 de 29 de Janeiro, na redação dada pelo DL n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, no uso de competência própria.

### 3. CONCORRENTES

3.1 Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no art.º 55 do CCP e possam apresentar documento comprovativo de que o objeto social da empresa consiste na prestação de serviços objeto do presente concurso.

3.2 Só serão admitidas como concorrentes as empresas licenciadas para transporte de crianças, nos termos da Lei nº 13/2006 de 17 de abril com as correspondentes atualizações.

3.3 Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas sem que entre elas exista qualquer modalidade de associação;

3.4 A constituição jurídica não é exigida no momento da apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão solidariamente responsáveis, perante a entidade, pela manutenção da sua proposta com as legais consequências;

3.5 No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária ou constituir-se-ão em agrupamento complementar de empresas, no mesmo regime de responsabilidade, quando lhe for adjudicado o contrato.

### 4. CONSULTA E FORNECIMENTO DO PROCESSO DO CONCURSO

4.1 Os elementos que instruem o processo são o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos.

4.2 Encontra-se patente no Contratação Pública do MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS, Largo das Forças Armadas, nº 1, 2350-754 Torres Novas, onde pode ser examinado de 2.ª a 6.ª feira das 09,00 às 12,30 horas e das 14,00 às 17,00 horas, desde a data de publicação do anúncio em Diário da República até ao prazo fixado para a apresentação das propostas.

4.3 - As peças do concurso, estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, disponibilizada pela empresa ACIN - Academia de Informática Brava Engenharia de Sistemas, Lda, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.

4.4 - O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efectuar a consulta, o download das peças do procedimento bem como apresentar a proposta. Para ter acesso à plataforma da acinGov, deverá efetuar o registo no endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>, selecionando a opção “Aderir” disponível na página inicial.

4.5 - Para concluir o registo deverá seguir os passos do formulário, e no final enviar a documentação solicitada para a ACIN. Para mais informações contacte o Serviço de Gestão de Clientes da plataforma eletrónica acinGov, através do número 707 451 451 ou por correio eletrónico para [apoio@acingov.pt](mailto:apoio@acingov.pt).

4.6 - Não é necessário o interessado efetuar o processo de registo para ter acesso, no caso de o mesmo já ser utilizador de alguma plataforma eletrónica acinGov.

4.7 - Será da responsabilidade dos interessados a verificação e comparação das cópias com os elementos do processo patenteado a concurso.

## 5. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

5.1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados ao Júri do Concurso pelos interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica acinGov, na funcionalidade de “Pedidos de Esclarecimentos/Retificação” utilizando a opção “Adicionar Pedido de Esclarecimento/Retificação” no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

5.2 - Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pelo Júri, por escrito, através da plataforma eletrónica acinGov, na ferramenta “Pedidos de Esclarecimentos/Retificação”, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

5.3 - Dos esclarecimentos prestados e das retificações de erros ou omissões efetuadas, juntar-se-á cópia às peças patentes em concurso, sendo a sua existência comunicada aos interessados que visualizaram o processo de concurso e publicitada na plataforma eletrónica acinGov de acordo com o artigo nº 50º. do Código dos Contratos Públicos.

## 6. ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS

6.1 - Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação da proposta, o concorrente deverá apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar através da plataforma eletrónica acinGov, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do Caderno de Encargos detetados e que digam respeito ao previsto no artigo n.º 61 do Código dos Contratos Públicos, alterado pelo D.L. n.º 149/2012 de 12 de Julho.

6.2 - A apresentação da lista referida no n.º 6.1, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no n.º 5.4 ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo. Esta suspensão poderá ser mantida, por um período único, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 60 dias contínuos.

6.3 - As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados serão disponibilizadas na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>, devendo todos aqueles que tenham visualizado as peças do procedimento serem imediatamente notificados daquele facto.

6.4 - Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas ou até ao termo do período de manutenção da suspensão do prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

6.5 - A decisão prevista no número anterior é publicitada na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt> e junta às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham visualizado ser imediatamente notificados do facto.

6.6- Nos documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, os concorrentes devem identificar, expressa e inequivocamente:

a) Os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no n.º 6, do qual não pode, em caso algum, resultar a violação de qualquer parâmetro base fixado no Caderno de Encargos.

b) O valor, incorporado no preço ou preços indicados na proposta, atribuído a cada um dos suprimentos a que se refere a alínea anterior.

6.7 - Quando a aceitação de erros ou de omissões do Caderno de Encargos nos termos do disposto no Artigo 61º do Código dos Contratos Públicos implicarem alterações de aspectos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, por decisão do órgão competente para a decisão de contratar, no mínimo, por um período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.

6.8 - A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha sido convidado ou seja concorrente, o prazo fixado para apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo órgão competente para a decisão de contratar, sendo estas decisões juntas às peças do procedimento e notificando-se os interessados.

6.9 - Dos esclarecimentos prestados e das retificações de erros ou omissões efetuadas, juntar-se-á cópia às peças patentes em concurso, sendo a sua existência comunicada aos interessados que procederam à visualização do processo de concurso e publicitada na plataforma eletrónica acinGov de acordo com o artigo nº 50.º do Código dos Contratos Públicos.

## 7. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

7.1 As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

- a) Declaração de capacidade da entidade, elaborada em conformidade com o Modelo DEUCP (Documento Europeu Único de Contratação Pública).
- b) No caso de pessoa colectiva o concorrente deve juntar cópia da certidão de inscrição no Registo Comercial.
- c) Documento denominado “Proposta” que contenha os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, incluindo obrigatoriamente os seguintes elementos:
  - i. documento de apresentação da empresa com indicação de serviços similares já prestados, demonstração de capacidade de efectuar os serviços propostos de forma eficiente e qualificada, designadamente ao nível da frota, do pessoal afeto e do serviço de manutenção disponível e a afetar ao objeto do presente concurso.
  - ii. valor global ANUAL em algarismos e por extenso, sem incluir o IVA e mencionando a taxa legal aplicável, calculado com base nos valores estimados de **175 dias e 35 semanas** para o ano letivo **2025/2026**, constantes nas cláusulas técnicas do Caderno de Encargos.
  - iii. preço por circuito, sem inclusão do IVA, indicando a taxa legal aplicável;
  - iv. Nota justificativa do preço (indicação do preço/km, dos encargos com mão-de obra e outros);
  - v. alvará emitido pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT) referente ao licenciamento da atividade;
  - vi. indicação das viaturas a afetar à prestação de serviços, incluindo cópia da apólice de seguro das viaturas e de acidentes pessoais, cópia do documento comprovativo da realização da inspeção periódica, caso esta seja obrigatória, e cópia de licença emitida pelo IMTT referente aos referidos veículos;
  - vii. Indicação dos motoristas a afetar à prestação de serviços e cópia dos respectivos certificados de capacidade profissional para transporte colectivo de crianças, emitidos pelo IMTT.
- d) Os documentos que instruem a proposta serão obrigatoriamente redigidos em Língua Portuguesa.
- e) Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do Caderno de Encargos.

## 8. - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1 As propostas serão entregues até às 23.59 horas do **30º dia** a contar da data da publicação no DRE, pelos concorrentes ou seus representantes.

## 9. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DEMAIS DOCUMENTOS

9.1 - A entrega da proposta do presente concurso será efectuada através plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, A entrega da proposta do presente concurso será efetuada através plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, disponibilizada pela empresa ACIN.

9.2 - A proposta deverá incluir nas áreas “1 - Informação Geral”, “2 - Informação Adicional”, “3 - Itens da proposta” e “4 - Documentos da Proposta”, as seguintes informações, sem prejuízo de outras que o concorrente entenda convenientes:

### Área: 1 - Informação Geral

- Ref. da Proposta

Campo a preencher pelo concorrente, indicando a referência do concorrente dada à proposta.

- Preço da proposta

Campo a preencher pelo concorrente, sempre que aplicável.

- Prazo de Entrega/Execução (dias)

Indicar o número de dias após solicitação do Município de Torres Novas

- Prazo de Validade da Proposta (dias)

Indicar de acordo com o definido no ponto “Prazo da Obrigação de Manutenção das Propostas”.

- Observações

Campo a preencher pelo concorrente, sempre que aplicável.

### Área: 2 - Informação Adicional

- Informação adicional relativa a proposta

Campo a preencher pelo concorrente, sempre que solicitado pela entidade adjudicante.

### Área: 3 - Itens da proposta

- Preços Unitários, sempre que seja definida uma lista de artigos ou uma lista de todas as espécies de trabalhos.

- Coluna a ser preenchida com os valores a apresentar pelo concorrente, tendo atenção às unidades referenciadas nas colunas “Designação” e “Unid.”

- Preencher, para cada uma das posições colocada com o preço unitário, expresso em euros, sem IVA.

- Os preços, que não deverão ter mais de duas casas decimais, indicados pelos concorrentes incluem obrigatoriamente todas as despesas com a logística da entrega dos respetivos produtos nos locais e horários mencionados pelos destinatários.

#### Área: 4 - Documentos da Proposta

- Nesta área é possível associar e carregar para a proposta os documentos solicitados nos termos do presente Programa de Concurso, bem como, outros documentos que o concorrente considere relevantes.

9.3 - Quando os documentos não estiverem redigidos em língua portuguesa, serão acompanhados de tradução legalizada ou em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

9.4 - Nos termos da Lei nº 96/2015, todos os documentos carregados na plataforma eletrónica, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada. Quando o certificado não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

9.5 - Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto ao MUNICIPIO DE TORRES NOVAS, nos termos do art.º 137.º do Código dos Contratos Públicos.

#### 10. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes, de propostas variantes.

#### 11. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

#### 12. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

É concedido um prazo de 10 dias úteis para a apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, bem como é igual o prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados.

#### 13. CONSULTA DA LISTA DOS CANDIDATOS E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

13.1 - No dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das propostas, será disponibilizada através da plataforma acinGov a lista dos candidatos que apresentaram proposta, bem como as propostas apresentadas pelos mesmos.

13.2 - Os concorrentes poderão consultar a lista referida no ponto anterior bem como as propostas apresentadas pelos concorrentes na sua área de trabalho depois de efetuarem o “login” introduzindo o nome de utilizador e a palavra-chave, e mediante a autenticação através de certificado digital avançado.

- a) Para efetuarem a consulta deverão aceder à área das propostas “submetidas” e clicar sobre o procedimento que pretendem visualizar, expandindo-o.
- b) Os concorrentes passarão então a ter acesso no menu “Proposta” a duas opções “Adicionar/Consultar Proposta” e “Lista de Participantes”, sendo visualizado no separador “Adicionar/Consultar Proposta”, a proposta que apresentaram e no separador “Lista de Participantes”, os concorrentes que apresentaram proposta ao concurso.
- c) De seguida, deverão “clicar” sobre a opção “Lista de Participantes” e vão poder visualizar a lista dos concorrentes que apresentou proposta ao concurso. Ao “clicar” sobre cada proposta da lista poderão ver os detalhes da proposta apresentada pelos concorrentes, nomeadamente, preços e documentos associados.

#### 14. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

14.1 A adjudicação será feita segundo o critério do mais baixo preço.

14.2 Quando, para efeitos do presente procedimento, for necessário proceder a desempate entre propostas que apresentem o mesmo preço, releva consecutivamente:

- 1.º - A que tenha maior número de anos de experiência em serviços similares. A seriação será feita da seguinte forma:

Anos experiência	Pontos
0 - 5	1
6 - 10	2
11 - 15	3
16 - 20	4
> 20	5

#### 15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FATURAÇÃO

15.1 O adjudicatário enviará nos primeiros quinze dias do mês as facturas discriminadas, referentes aos serviços prestados durante o mês anterior.

15.2 Os valores a pagar serão os que resultarem dos serviços efetivamente prestados.

15.3 A quantia devida pelo município de Torres Novas, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção pelo município da respetiva fatura.



15.4 Em caso de discordância por parte do município de Torres Novas, quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

15.5 O prestador dos serviços deverá remeter a fatura, em formato - PDF certificado ou ficheiro eletrónico certificado para integração direta com a plataforma em uso pelo Município, sendo a empresa Saphety o parceiro do Município de Torres Novas.

15.6 Se o prestador dos serviços se encontrar em condições de cumprir com o legalmente estipulado quanto à faturação eletrónica em procedimentos aquisitivos de contratação pública, nos termos e ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro - artigo 12.º - faturação por via eletrónica, que regula as obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, e no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, que define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos, bem como os prazos previstos para a implementação explanados no nº 4 do Artº 9º do Decreto-Lei 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual, a fatura deverá ser compatível com o sistema de faturação eletrónica implementado pelo Município.

15.7 Para efeitos de cumprimento do referido no ponto anterior, será o prestador dos serviços devidamente informado, mediante pedido de esclarecimento, do procedimento a seguir para proceder à faturação dos serviços prestados.

O pagamento será efetuado contra apresentação da factura, nas condições indicadas pelos concorrentes, não podendo a sua liquidação efectiva verificar-se antes de decorridos 30 dias úteis, contados a partir da data de prestação de serviços.

15.8 Caso o contrato seja sujeito, nenhum pagamento será efectuado antes do contrato ser visado pelo Tribunal de Contas.

## 16. RELATÓRIO PRELIMINAR E RELATÓRIO FINAL

16.1 - O relatório preliminar será enviado a todos os concorrentes, sendo fixado o prazo de 5 dias, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 123.º do Código dos Contratos Públicos acessível no sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>

16.2 O Júri elabora um relatório fundamentado sobre o mérito das propostas, ordenando-as classificativamente de acordo com o critério de adjudicação referido no artigo anterior.

16.3 No relatório mencionado no número anterior, o júri fundamenta as razões por que propõe a exclusão de qualquer proposta se for o caso.

16.4 Exercido o direito de audiência prévia referido no número anterior, ou decorrido o respectivo prazo, o júri pondera as observações formuladas e elabora o relatório final de avaliação das propostas, que submete à apreciação e decisão da entidade adjudicante, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta face, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no nº 2 do art.º 146º do CCP.

## 17. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

17.1 A decisão de Adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, juntamente com o Relatório Final.

17.2 - Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, apresentar através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGOV, sob pena da adjudicação caducar, reprodução dos seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artº 55º do CCP.

## 18. CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO

18.1 Não há lugar a adjudicação quando:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação de propostas;
- d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativos aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem;

18.2 A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

18.3 A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

## 19. CAUÇÃO

19.1 Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, é exigida ao adjudicatário, a prestação de caução no valor de 5% do valor do contrato.

19.2 A caução deve ser prestada no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, nos termos do disposto nos artigos 88º a 91º do CCP.

19.3 A caução é prestada mediante garantia bancária à primeira solicitação ou por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, de acordo com o modelo constante do Anexos VI do CCP.

19.4 A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos a caução que lhe seja exigida,

## 20. MINUTA DO CONTRATO

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes á respetiva notificação.

## 21. OUTORGA DO CONTRATO

21.1 A Outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação.
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos.
- c) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no nº1 do artigo 90º.
- d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do nº2 do artigo 77º.

21.2 O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

## 22. PREVALÊNCIA

As normas do programa de concurso prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

## 23. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa do Concurso, aplica-se o disposto no CCP.

## 24. DISPOSIÇÕES FINAIS

A entidade que preside ao concurso reserva-se o direito de não adjudicar, anular a adjudicação, adjudicar parcialmente, ou de anular o procedimento, nos termos previstos no CCP.